

Presidente (12:44)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. Bloco/PR – BA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, ilustre representante do Estado de Pernambuco, pela liderança do Bloco Parlamentar da Minoria.

Marco Maciel (12:46)

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Senador César Borges, integrante da Mesa do Senado Federal e que preside esta sessão, queria saudar, por oportuno, o ex-Deputado e ex-Senador Luiz Viana Neto e estender os nossos cumprimentos também ao Dr. Henrique Lima, neto do Luiz Viana Filho, Alberto Pinheiro Queiroz Filho, neto do homenageado, que estão presentes aqui com suas respectivas esposas e bisnetos do homenageado. Desejo saudar também aqui a Srª Simone Bastos Vieira, Diretora da Biblioteca do Senado Federal, que tem o nome de Luiz Viana como seu patrono, em reconhecimento ao muito que ele fez não somente pelas instituições brasileiras, mas de modo mais especial pelo enriquecimento cultural do nosso País.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, quem nasceu primeiro: o escritor ou o político? Essa é a primeira questão que se deve levantar para entender Luiz Viana Filho, que em sua plurívoca personalidade tanto enriqueceu a paisagem humana do nosso País. A vocação, sabemos, não surge como relâmpago, tampouco como “estalão”, atribuído ao Padre Antonio Vieira, cognominado por Fernando Pessoa como o “imperador da língua portuguesa”. A vocação é, além de um dom, uma predestinação. *Poeta non fit, sed nascitor*, isto é, o poeta não se faz, nasce, reza uma conhecida expressão latina.

O mesmo se pode aplicar ao político, cujo carisma, étimo de origem grega, parece marcar seus gestos e ações em todas as circunstâncias de sua vida.

Ao procurar definir a múltipla e estuante figura do Senador Luiz Viana, o intelectual e o político, a resposta parece difícil. É ele mesmo, porém, quem responde. No discurso de posse da Academia Brasileira de Letras confessa: “...o ambiente que me cercou a infância, e por mais que meu pai se desvelasse por afastar de mim o demônio da política, foi esta que primeiro medrou, confundindo-se com a própria vida que começava a desdobrar-se aos seus olhos”.

O pendão para a política também se revela no chamamento ainda estudante para presidir o centro Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Mas adiante contudo, observa Luiz Viana: “O que eu acreditava ser o caminho largo para a política levar-me-ia concomitante e irreversivelmente para o campo das letras que, bem ou mal, não mais pude deixar, tanto é certa a observação de Schopenhauer de que o homem nunca pode ‘querer o que quer’”. Ademais, sabemos também, não há conflito, pelo contrário, existe uma plena interação entre o intelectual e o político, atividades que dialogicamente se associam no pensar e no agir na busca de tornar, como pretendeu Camões, melhor essa “estranha máquina que se chama mundo”. São talentos que se justapõem em total harmonia.

“O ato de escrever é o mais público de todos os atos”, como, certa feita, definiu Adonias Filho. Por isso, no fundo, todo verdadeiro escritor é, de certa forma, um político, aditava Menotti Del Picchia, que acrescentou “Não trarei à baila o caso específico de Dante - o vate supremo - uma vez que o divido guelfo, por político, acabou exilado. A política não ousa, portanto, dispensar como virtude “a ciência e a arte do bem comum”, segundo, aliás, ensinamento tomista. Luiz Viana Filho foi cidadão de dois mundos. O *vir probus*, no território da política, e o escritor, que tanto contribuiu para adensar a cultura brasileira, especialmente no sáfaro campo da biografia. Disse um crítico francês que alguns livros são merecidamente esquecidos, mas nenhum é imerecidamente lembrado. Quer dizer, há obras que, ao tempo, não tiveram a repercussão de vida e jazem nas estantes ensombrecidas de poucas bibliotecas públicas. Uma dessas é sempre lembrada: um pequeno volume do Luiz Viana, editado em 1945 – “A Verdade na Biografia”.

Dissertava ele, inicialmente, no favor então pouco dispensado às biografias, o que não é hoje – frise-se – um aspecto peculiar aos nossos tempos, e recordou os exemplos de Carlyle, escrevendo sobre Cromwell; Voltaire, sobre Carlos XII,

Solte, sobre Nelson, ou Bocel, sobre Johnson, sem citar as Vidas de Plutarco”. “Nada interessa ao homem quanto o próprio homem, que continua ser medida e a razão de tudo”,

concluía Luiz Viana Filho, ao recordar o ensinamento do antiquidade clássica. Lembrou, ainda, o período que medeia o começo do século XIX e o fim do século XX fora uma época pobre de grandes biografias: é que a palavra biografia passara a designar obras nas quais se compilavam, “com pequenas preocupações de verdade e de crítica, alguns feitos capazes de assegurarem ao biografado lugar de honra, na posteridade”.

Daí, que, nesse período, caíssem as biografias em desfavor e passassem a ser “gênero secundário”.

Mas, depois, recuperando seu prestígio, ao retomar sua antiga posição, a palavra biografia acabou – cita mais uma vez, Luiz Viana Filho –, ganhando uma amplitude que perdeu em exatidão”. Ora chamamos biografia” – leciona Luiz Viana Filho – “a simples enumeração cronológica de fatos relativos à vida de alguém; ora usamos a mesma expressão para trabalhos de críticas nas quais a vida do biografado surge apenas incidentalmente; ora a empregamos em relação a estudos históricos onde informações sobre certa época se sobrepõem às que se referem ao próprio biografado; ora, finalmente, emprestamos às chamadas biografias textos romaneados. E até obras em que a fantasia constitui o elemento essencial da narrativa aparecem com rótulo idêntico”. Ao analisar os trabalhos que hoje chamamos biográficos, Luiz Viana encontrou quatro grandes grupos: a) simples relação cronológica de fatos relativos a alguém; b) trabalhos em que, ao par de uma vida, se estuda determinada época; c) trabalhos nos quais a descrição de uma existência se conjuga com apreciações críticas sobre a obra do biografado; e, finalmente, d) trabalhos em que a narração da vida constitui objetivo primacial.

Luiz Viana fala depois de uma “biografia moderna”, não como novo gênero, antes algo que jamais houvesse existido e somente agora conseguira se afirmar com a denominação de “biografia romaneada”, “moderna” ou “literária”.

Teria ela tomado ao romance “somente elementos que, longe de serem peculiares a este, cabem em qualquer gênero: a graça, a leveza, a elegância, a maneira de apresentar o assunto, atraindo a atenção do leitor para o desdobramento da narrativa”.

Destacou Luiz Viana o entendimento de Humberto de Campos, para quem a biografia passaria a ser escrita pelos homens de pensamento – romancistas, poetas e membros de centros literários –, porque ela deixaria de ser história, isto é, ciência, “para tornar-se arte em uma das suas expressões mais puras e legítimas”.

Foi, na verdade, o que disse, anos atrás, Raimundo Faoro ao se referir a duas grandes obras históricas do Brasil: *Um estadista do Império*, em que Joaquim Nabuco trata do pai, o Conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo, e de uma cena política do final do Império; e *Os sertões*, cuja ciência, segundo o ex-Presidente da OAB, “autenticada pelos sábios de seu tempo, se não está morta e sepultada, claudica em ambos os pés.” Com essas duas obras, lidas e amadas por gerações e gerações, até a consumação da língua portuguesa, deu-se o deslocamento da instância histórica para a instância estética.

Antes de seu livro de 1945, com o acurado exame da arte de biografar, Luiz Viana já havia retratado Rui Barbosa em texto de 1941 (*A vida de Rui Barbosa*). Depois volta a Rui em *Rui e Nabuco* e retoma, ainda uma vez, ao abolicionista pernambucano com *A vida de Joaquim Nabuco*. Em 1959, edita *A vida do Barão de Rio Branco* e, finalmente, com *Afrânio Peixoto*, conclui esse grande painel que, com engenhosa artesanaria, contribuiu para a grandeza do nosso memorialismo. O que se deve dizer desse empenho de Luiz Viana é que ele pôde, em suas obras biográficas, se manter nas duas instâncias de que falava Faoro – a história e a estética. Ele, enfim, soube tomar ao romance os elementos que hão de perenizar sua obra: a graça, a leveza, a elegância, a maneira de apresentar o assunto.

Sr. Presidente Senador César Borges, incluam-se ainda na densa e extensa contribuição à historiografia brasileira, entre muitos outros trabalhos, livros como *A Sabinada*, *O Negro na Bahia*, trabalho, aliás, tão elogiado por Gilberto Freyre, *O Governo Castello Branco*, em que analisa fase de tanta perplexidade na conjuntura brasileira, e preciosos textos que brotam de discursos parlamentares pronunciados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Não se pode, afinal, falar sobre o político e o intelectual e esquecer, como sujeito oculto, as qualidades republicanas em seus ofícios por parte de Luiz Viana, o humanista, “para quem nada de que era humano lhe era estranho”, na precisa sentença de Terêncio. Tive a graça, Sr. Presidente, senhoras e senhores, de fruir da amizade dele durante quase duas décadas. Acredito não estar contaminado pela “doença da admiração”, que, segundo o historiador

Thomas Macaulay, afeta as pessoas ao fazer memória dos grandes vultos. O seu pensamento se aliava à ação, guardando a sobriedade das atitudes e a coerência da conduta marcadamente proba e digna.

Assim como para Joaquim Nabuco, a política era também para Luiz Viana não um fim, tampouco um instrumento de conservação, mas forma de promover as transformações que a sociedade moderna reclama. Suas atitudes jamais se coadunavam com fórmulas miríficas. Possuía, como genuíno homem público, a faculdade de antecipar-se aos fatos e exercitar, nas crises e vicissitudes, a adequada provisão de paciência. Buscava sempre descobrir o que podia unir e não o que separasse, pois o êxito pode residir muitas vezes não no resultado final, mas no seu percurso.

Zelar pela sua memória é dever dos seus amigos e também do Congresso Nacional, que ele tanto honrou, e forma de lembrar o passado, o passado que fica, para que possamos pensar o futuro, que, como disse certa feita Carlo Levi, tem um coração antigo.

Muito obrigado. (Palmas).